

Lyra apóia candidaturas avulsas para a Assembléia Constituinte

Reportagem Local

Banco de Dados

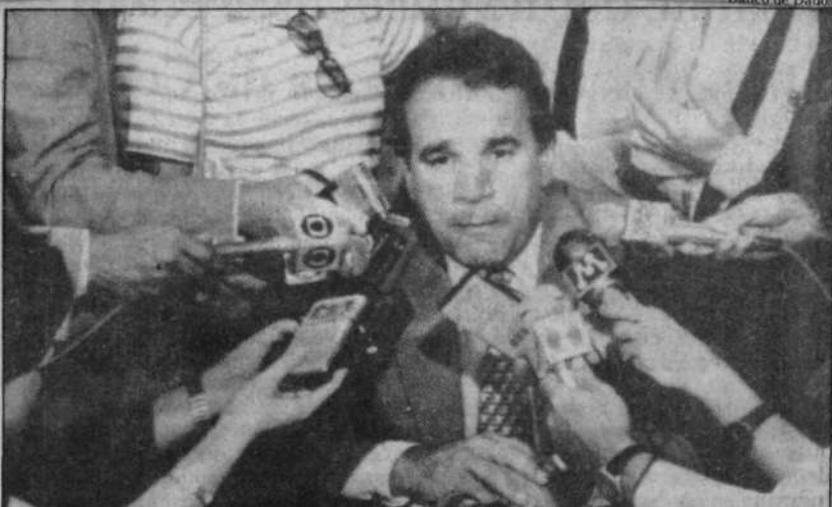


As candidaturas avulsas, livres de filiação partidária, para a eleição da Assembléia Nacional Constituinte contam com o apoio do ministro da Justiça, Fernando Lyra, 46. Ele manifestou esta opinião anteontem, à noite, após uma reunião que manteve com o cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns. "Esta é uma opinião pessoal", frisou o ministro, adiantando que este tipo de candidatura vai depender do debate que vai ocorrer em torno das normas que determinarão a escolha dos constituintes. "Mas eu sou favorável", ressaltou Lyra.

O ministro, porém, afirmou que as candidaturas avulsas só podem ser admitidas para a Constituinte. "Nunca poderemos admitir as candidaturas avulsas em termos permanentes", assegurou. Para ele, é totalmente anti-democrático se imaginar uma democracia que não seja fundada no fortalecimento dos partidos. "A organização partidária é fundamental para a sustentação do regime democrático", explicou.

Esboço para Constituição

Destacando que a Constituinte será



Lyra diz que o "povo vai escolher seus representantes livre e soberanamente"

o marco zero do processo de democratização brasileiro, o ministro afirmou que a comissão encarregada de elaborar o esboço da futura Constituição, presidida pelo jurista Afonso Arinos, deverá concluir seus trabalhos no próximo dia 15 de novembro. Este esboço, segundo Lyra, servirá de ponto de partida para o grande debate que se travará em torno da Constituição, em todo país. "Este esboço, que será feito com representantes de todos os segmentos da sociedade, vai ser debatido exaustivamente até a escolha da Constituinte", comentou Lyra.

Para o ministro, tanto a elaboração desse esboço como o debate que será feito a partir dele, não prejudicará a discussão sobre a Constituinte que, paralelamente, será realizada por entidades de classe e partidos políticos em todas as cidades brasileiras. "Vamos ter pela primeira vez, na História do Brasil, uma Constituinte realmente discutida e onde o povo vai escolher seus representantes livre e soberanamente", sustentou. Segundo Lyra, o cardeal de São Paulo recebeu "com muita satisfação" a ideia sobre a elaboração do esboço para a futura Constituição.

Frente Municipalista anuncia ato público pela nova Carta

Reportagem Local

Um grande ato público pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte, marcando o início de uma série de debates populares em torno da futura Constituição do País, será realizado em São Paulo até o final de maio, segundo anunciou ontem o vice-governador Orestes Quércia, 46, presidente da Frente Municipalista Nacional, que será a promotora do evento.

Quércia informou que a Frente está preparando um vasto material sobre o assunto, inclusive cartilhas destinadas a orientar os coordenadores de debates em entidades de bairros, câmaras municipais e diversas associações. Sucessora da Frente pelas Diretas, que realizou campanha pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, no ano passado, a Frente Municipalista realizará, após o lançamento da campanha pela Constituinte em São Paulo, reuniões nacionais periódicas em outras capitais de Estados e encontros regionais em cidades médias. Desses debates, segundo Quércia, sairá o material necessário à elaboração de um documento com sugestões para a nova Constituição, a ser encaminhado à comissão idealizada pelo presidente eleito Tancredo Neves para a montagem de um anteprojeto da futura Carta constitucional.

Papel dos municípios

O papel dos municípios na nova Carta será um dos principais temas da campanha da Frente, de acordo com o vice-governador paulista. Comentando a reportagem publicada domingo pela Folha, sobre as primeiras sugestões do movimento municí-

palista à Constituinte, Quércia afirmou que "realmente o objetivo será o fortalecimento dos governos locais, através de mais recursos e mais poderes para os municípios, garantidos na Constituição".

O vice-governador disse concordar com as propostas que visem fixar na nova Carta a autonomia dos municípios em relação a questões como a da Educação de 1º grau, dos investimentos em saúde e segurança pública e na habitação popular. "Cada município possui a sua realidade própria e pode administrá-la, sendo esta a melhor forma de descentralizar as decisões neste País", disse Quércia.

Frente dos Bairros

Como extensão da Frente Municipalista, a chamada Frente dos Bairros fará campanha idêntica nas capitais, segundo Quércia, começando em São Paulo com a participação de mais de seiscentas sociedades. Os problemas específicos das grandes cidades também serão discutidos por essas entidades de bairros a partir do ato de São Paulo, com a realização de painéis já programados, com temas como "A Constituinte e o Mercado de Trabalho" e a descentralização das regiões metropolitanas, a partir de propostas para o fortalecimento de administrações regionais ou sub-prefeitu- ras.

A Frente Municipalista Nacional que reúne associações de prefeitos e vereadores de dezoito Estados, deverá realizar outros dois grandes atos públicos pela Constituinte após a manifestação programada para São Paulo, de acordo com Quércia: um será em Goiânia e o outro em Fortaleza, ainda neste primeiro semestre.

Faoro fala à noite no ciclo organizado pelos magistrados

Reportagem Local

Com a presença do governador Franco Montoro, a Associação Paulista dos Magistrados inicia hoje, às 18h, um ciclo de debates sobre "O essencial numa nova Constituição Brasileira", tendo como primeiro conferencista o jurista Raymundo Faoro, que falará sobre "Constituinte ou Congresso com poderes constituintes".

O ciclo tem como co-patrocinadoras outras 17 entidades, entre as quais a seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação e o Instituto dos Advogados de São Paulo, as Faculdades de Direito da USP e da Universidade Mackenzie, a Pontifícia Universidade Católica, a Associação dos Magistrados Brasilei-

ros e a Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo.

"Ideologia e Constituição"

Serão realizados dez debates, até o dia 10 de maio, com a presença de juristas como Paulo Brossard, Geraldo Ataliba, Celso Bastos, Goffredo Telles Júnior, José Luiz Anhaia Melo, Miguel Seabra Fagundes e Miguel Reale. O segundo tema do ciclo — "Ideologia e Constituição" — será debatido na próxima sexta-feira pelos professores Tércio Sampaio Ferraz Júnior e Celso Antônio Bandeira de Mello. Os debates serão iniciados sempre às 18h, na sede social da Associação Paulista dos Magistrados (rua dom Diniz, 29, Jardim Luzitânia).

Ministro quer mudar Estatuto dos Estrangeiros

Reportagem Local

Para dar melhores condições de vida aos exilados estrangeiros no Brasil, o governo vai propor a reformulação do Estatuto dos Estrangeiros. A informação foi dada anteontem à noite, pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra, 46, acrescentando que tal legislação também faz parte do entulho autoritário que o novo governo pretende remover. "Esta é uma lei formada dentro do autoritarismo e que não leva em conta a problemática real dos estrangeiros", afirmou Lyra. O ministro acabava de sair de uma reunião com o cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, com quem discutiu este tema e outros ligados à defesa dos direitos humanos.

Segundo Lyra, o Estatuto dos Estrangeiros — Lei 6.815, de agosto de 1980, e modificado posteriormente pelo Decreto 86.715 — precisa ser alterado para poder "dar abrigo e segurança aos estrangeiros que vêm ao Brasil para tê-lo com segunda pátria ou como um país capaz de lhes dar garantias". Ele afirmou, porém, que antes de tal reformulação, os exilados no Brasil — principalmente os de São Paulo e Rio de Janeiro, onde há maior concentração deles, serão visitados e ouvidos "para se ver in loco a situação destes refugiados e exilados e para se ter em conta qual a lei que realmente melhor lhes atende".

O ministro da Justiça também conversou com d. Paulo sobre a reformulação do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, atualmente desativado. Lyra disse que a entidade sofrerá alterações e entrará em funcionamento ainda neste semestre. Segundo ele, as mudanças serão feitas para que os direitos humanos sejam tratados de forma global. "Antigamente, o Conselho se preocupava apenas com os presos políticos e foi deturpado na sua formação e na sua filosofia em decorrência do autoritarismo daquela época", comentou o ministro.

"O novo Conselho vai combater a violência policial, a violência urbana, enfim, todo e qualquer tipo de violência", garantiu o ministro, acrescentando que o Conselho será composto por representantes de todos os setores da sociedade. Lyra disse que também discutiu com d. Paulo outros assuntos, como o atual sistema carcerário, a violência urbana e a questão dos tóxicos. "Esta visita a d. Paulo é quase uma obrigação, pois ele sempre defendeu os direitos humanos como uma forma de defender a própria sociedade, política com a qual também nos identificamos", observou o ministro.

PAULO ABREU
IMÓVEIS e PARTICIPAÇÕES